

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 720/2017**

**Acrescenta os §§ 6º, 7º e 8º ao artigo 38 da Lei Complementar n.º 320, de 27 de dezembro de 2008, que “Institui a Revisão da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação dos Terrenos e Edificações no Município de Patos de Minas, e dá outras providências”.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS APROVA:

Art. 1º Acrescenta os parágrafos 6º, 7º e 8º ao artigo 38 da Lei Complementar 320/2008, com a seguinte redação:

“Art. 38.....

.....

§ 6º Quanto ao número de vagas para estacionamento de veículos, quando o resultado do cálculo de vagas for até 0,5, o número mínimo de vagas exigidos é arredondado para menos; e, no caso de resultados acima de 0,5, o número mínimo de vagas exigidos é arredondado para mais.

§ 7º Nas edificações comerciais e de serviços, bem como de depósitos e galpões, poderá ser utilizada parte da área edificada para fins de estacionamento de veículos, sendo considerado, no cálculo, o número de vagas previsto no Anexo VIII da Lei Complementar nº 320.

§ 8º Poderá ser utilizada parte da área permeável para fins de vagas de estacionamento.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 25 de agosto de 2017.

VICENTE DE PAULA SOUSA  
Vereador

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição de lei apresentada visa a atender às recorrentes situações de questionamentos relativos ao número de vagas de estacionamento relacionadas com a metragem dos imóveis comerciais e de serviços.

O anexo VIII da Lei Complementar n.º 320/2008, conforme prevê o artigo 38 desse mesmo dispositivo, determina que o número de vagas para estacionamento, no caso de imóveis não residenciais, é de uma vaga para cada 75m<sup>2</sup>.

Ocorre que o cálculo estabelecido pelo setor responsável por análise dos projetos tem igualado a fração menor que 0,5 (meio) ao algarismo superior, aumentando automaticamente mais uma vaga, o que, nas gestões anteriores, nunca ocorreu.

Por não haver regulamentação, deveria ser considerado, por questão de bom senso, sempre o número inteiro inferior, com fundamento na Norma da ABNT/NBR 5891/1977, que traz as regras de arredondamento na numeração decimal. Essa situação nunca acarretou prejuízos ao Município, ao contrário, tornava o procedimento mais célere, pois os contribuintes não tinham que se deparar com seus projetos travados.

Nesse sentido, há que se reforçar que os demais procedimentos em que se busca regulamentação por meio desta proposição sempre foram adotados pelas administrações anteriores e, apenas na atual, vem se exigindo forma distinta.

Portanto, devido aos grandes transtornos ocasionados pelo ato da atual administração e por não existir determinação legal, é necessário que haja a regulamentação para maior clareza nas avaliações dos projetos, bem como para que não seja causado prejuízo aos contribuintes que obedecem corretamente às normas e são surpreendidos ao terem seus projetos paralisados.